



MAPEAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Leila Evangelista Souza

Universidade São Judas Tadeu
Direito - Mooca, lais.bergstein@ulife.com.br

Introdução

Este trabalho se propõe a analisar os marcos iniciais dessa jornada de modernização, destacando as complexidades e as oportunidades que surgem com a adoção de soluções inovadoras. Dando destaque para as principais IA's de grande performance no judiciário, que auxiliam na triagem de recursos, na classificação temática de processos e na promoção do compartilhamento de tecnologia entre diferentes órgãos, tornando mais dinâmico o funcionamento do Judiciário.

Objetivos

- Analisar a proporção de projetos de IA no judiciário
- Identificar as principais ressalvas da implementação da IA
- Observar o impacto e perspectivas da atuação da IA já em funcionamento nos principais tribunais do Brasil.

Metodologia

O entendimento inicial se fez a partir de análise bibliográfica de relatórios de pesquisa do CNJ, onde foi possível compreender as principais tecnologias e sua performance, posteriormente foi utilizado artigos de implementação de IA no judiciário e o viés tendencioso dos algoritmos, por fim o uso de livros para entendimento dos principais problemas do judiciário e acesso à justiça.

Resultados

A pesquisa analisou os principais projetos de IA já implementados nos tribunais, observando criteriosamente a proporção por ramo de justiça, os principais desafios para equilibrar a proporção de atuações e a performance de resultados obtidos por tarefas mais requisitadas.

Resultados continuação

Tribunal / Sistema	Atividade Processual	Antes da IA	Depois da IA	Redução / Impacto
STF - VICTOR	Triagem de recursos extraordinários	44 minutos por processo	5 segundos por processo	Redução de mais de 99% no tempo de triagem
STJ – ATHOS	Agrupamento de temas repetitivos	Manual e moroso	Agrupamento automático	Otimização da aplicação de precedentes
STJ – Logos	Admissibilidade e elaboração de relatórios	Manual, análise de milhares de recursos	Geração automatizada de minutas	Redução drástica de carga de trabalho dos relatores
STJ – Padronização c/ IA	Autuação de AREsp/REsp	16 dias (AREsp), 4 dias (REsp)	4 dias (AREsp), 1 dia (REsp)	Redução de 75% no tempo de atuação
TJPE – ELIS	Triagem de execução fiscal	18 meses para 70 mil processos	15 dias para 80 mil processos	Eficiência aumentada em mais de 97%
TJMMG	Tempo médio de tramitação (até baixa)	611 dias	364 dias	Redução de 40,42% no tempo total

Os resultados obtidos demonstram que a IA pode não apenas reduzir o tempo de tramitação, mas também aumentar a produtividade interna, e viabilizar uma melhor gestão processual, em especial nas atividades repetitivas e burocráticas.

Conclusões

O objetivo é adequar-se aos padrões digitais, promover o acesso democrático à informação, fortalecer a justiça de forma sustentável e em consonância com iniciativas globais, como a Agenda 2030 da ONU. Essas ações visam garantir uma gestão judiciária mais eficiente, transparente e acessível, promovendo uma Justiça mais célere e efetiva para toda a sociedade.

Bibliografia

¹SCHMIDT, Eduardo Moreira et al. Os impactos do uso da inteligência artificial pelo poder judiciário: análise das publicações dos últimos anos. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 3, p. 1419–1428, 2025.

²DIAS, B. M. Inteligência Artificial no Judiciário: ferramentas, algoritmos e tarefas para uma Justiça mais eficiente. Bruno Mesko Dias Advogados Blog. Disponível em: <https://meskodiasadvogados.com/inteligencia-artificial-no-judiciario-ferramentas-algoritmos-e-tarefas-para-uma-justica-mais-eficiente/>.

³TOLEDO, C., Pessoa, D. A. O uso de inteligência artificial na tomada de decisão judicial. Revista de Investigações Constitucionais, v. 10, n. 1, p. 37, 2023.

⁴DSA. Data Science Academy. Deep Learning Book: Em Português, Online e Gratuito. Livro eletrônico. 2025. Disponível em: <https://www.deeplearningbook.com.br/>.

⁵Conselho Nacional de Justiça. (2024). Pesquisa Uso de Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário - 2023. Brasília - DF: CNJ.

Agradecimentos

Ao Grupo de Pesquisa em Práticas Comerciais, Proteção de Dados e inteligência Artificial, pelo apoio constante nos estudos e devolutivas construtivas no desenvolvimento do artigo.

A professora Laís Bergstein que me orientou com maestria e se dispôs em todo o processo de construção e aprendizado até aqui.

